

**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE VINTE E QUATRO MIL (24.000)
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA PRIMEIRA EMISSÃO
DA COMPANY TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

COMPANY TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Araçari, nº 164, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 58.877.812/0001-08, neste ato legalmente representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “Company”; e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato legalmente representado na forma de seu contrato social, nomeado nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, representando a comunhão dos interesses dos debenturistas perante a Company, doravante designado simplesmente “Agente Fiduciário”,




vêm celebrar a presente Escritura Particular de Emissão Pública de Vinte e Quatro Mil (24.000) Debêntures não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da Company Tecnologia de Construções S.A., doravante designada simplesmente “Escritura”, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I. DA AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada na assembléia geral extraordinária da Company realizada em 19 de junho de 2001, e retificada em assembléia geral extraordinária realizada em 13 de agosto de 2001.

II. DOS REQUISITOS

2. A presente emissão de debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1 Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de acordo com a Instrução nº 13, de 30 de setembro de 1980, da CVM, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2 Arquivamento da Ata de Assembleia Geral Extraordinária

A ata da assembleia geral extraordinária da Company realizada em 19 de junho de 2001 foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 2 de julho de 2001 e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Estado de São Paulo”. A ata da assembleia geral extraordinária da Company realizada em 13 de agosto de 2001 foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 16 de agosto de 2001 e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Estado de São Paulo”.

2.3 Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

2.4 Garantias Reais




A garantia real adicional será constituída na forma da lei e devidamente registrada no competente Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo.

III. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3. A presente emissão de debêntures observará as seguintes condições e características:

3.1 Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão de todas as séries de debêntures,

doravante designada simplesmente “Data de Emissão”, será 1º de agosto de 2001.

3.2 Valor Total da Emissão

O valor total da presente emissão corresponderá a vinte e quatro milhões de reais (R\$24.000.000,00), na Data de Emissão.

3.3 Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário

Serão emitidas vinte e quatro mil (24.000) debêntures, com valor nominal unitário de mil reais (R\$1.000,00), na Data de Emissão.

3.4 Séries

A presente emissão será dividida em dezenove (19) séries. Cada série terá prazo e data de vencimento diferente da outra série. A primeira série terá valor de nove milhões e seiscentos mil reais (R\$9.600.000,00), na Data de Emissão, sendo formada por nove mil e seiscentas (9.600) debêntures. As dezoito (18) séries subsequentes terão valor de oitocentos mil reais (R\$800.000,00) cada, na Data de Emissão, sendo formadas por oitocentas (800) debêntures cada. A tabela abaixo especifica as características de cada série.

| Série | Prazo (em meses) | Data de Vencimento | Quantidade de Debêntures | Valor total da série, na Data de Emissão (em RS) |
|-------|---------------------|-----------------------|--------------------------|--|
| 1ª | 12 | 01/08/2002 | 9.600 | 9.600.000,00 |
| 2ª | 13 | 01/09/2002 | 800 | 800.000,00 |
| 3ª | 14 | 01/10/2002 | 800 | 800.000,00 |
| 4ª | 15 | 01/11/2002 | 800 | 800.000,00 |
| 5ª | 16 | 01/12/2002 | 800 | 800.000,00 |
| 6ª | 17 | 01/01/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 7ª | 18 | 01/02/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 8ª | 19 | 01/03/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 9ª | 20 | 01/04/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 10ª | 21 | 01/05/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 11ª | 22 | 01/06/2003 | 800 | 800.000,00 |

[Handwritten signatures and initials]

| | | | | |
|-----------------|----|-------------|-----|------------|
| 12 ^a | 23 | 01/07/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 13 ^a | 24 | 01/08/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 14 ^a | 25 | 01/09/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 15 ^a | 26 | 01/10/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 16 ^a | 27 | 01/11/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 17 ^a | 28 | 01/12/2003 | 800 | 800.000,00 |
| 18 ^a | 29 | 01/01//2004 | 800 | 800.000,00 |
| 19 ^a | 30 | 01/02/2004 | 800 | 800.000,00 |

3.5 Prazos e Datas de Vencimento

O prazo da primeira série será de doze (12) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de agosto de 2002. A segunda série terá prazo de treze (13) meses, vencendo em 1º de setembro de 2002, e as outras séries vencerão a cada mês subsequente, sucessivamente, conforme mostra a tabela acima. Cada série de debêntures será integralmente resgatada na respectiva data de vencimento, pelo seu valor nominal atualizado conforme item 3.8 abaixo e acrescido de juros remuneratórios conforme item 3.9.

3.6 Espécie e Garantia

As debêntures serão da espécie com garantia flutuante, na forma do disposto no artigo 58, da Lei nº 6.404/76, e terão garantia adicional pignoratícia representada por caução, em favor dos debenturistas, de direitos creditórios oriundos da venda de imóveis de determinados empreendimentos da Company, conforme “Contrato de Penhor de Direitos Creditórios” que é Anexo da presente Escritura.

A Company se obriga a manter, durante o prazo das debêntures, o limite mínimo de garantia flutuante exigido pelo artigo 60, §1º, “b” da Lei nº 6.404/76, isto é, o valor contábil do seu ativo, diminuído das suas dívidas garantidas por direitos reais terá que ser, no mínimo, equivalente, a 143% (cento e quarenta e três por cento) do saldo devedor das debêntures.

3.7 Forma e Tipo

As debêntures serão da forma nominativa escritural, não conversíveis em ações da Company. A Company não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das debêntures,

aberta em nome do debenturista, emitido pela instituição depositária das debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures – SND (“SND”) o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.

3.8 Atualização Monetária

O valor nominal das debêntures de todas as séries será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”) a partir da Data de Emissão, até a data de vencimento de cada uma das séries calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, se necessário.

O valor nominal das debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dep_1}{dt_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dep_2}{dt_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dep_n}{dt_n}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado;

VNe = valor nominal;

NI₀ = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização¹ até a data de aniversário da debênture. Após a data de aniversário², valor do número-índice do mês de atualização¹;

NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

¹ Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos da debênture.

² Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento da debênture.

dcp = número de dias corridos da última data-base³ até a data de atualização;

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base³;

(*) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$.

O IGPM/FGV deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.




A aplicação do IGPM/FGV incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

No caso de indisponibilidade temporária do IGPM/FGV quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não cabendo porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Company quanto pelos debenturistas.

3.8.1 Substituição do IGPM/FGV

Na hipótese de extinção ou impedimento legal do IGPM/FGV, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE; na ausência deste, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, nos termos da cláusula VI desta Escritura, de comum acordo com a Company, e no prazo máximo de trinta (30) dias, o novo índice de atualização monetária. Caso não haja acordo entre os debenturistas e a Company na Assembleia Geral de Debenturistas, as séries de debêntures em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade, até dez (10) dias úteis após a data de realização da referida Assembleia de Debenturistas, pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até o efetivo resgate. Para atualização monetária das séries a serem resgatadas para período posterior à extinção/impedimento/ausência do IGPM/FGV ou INPC/IBGE, será utilizado o último índice mensal que tenha sido adotado para atualização monetária das debêntures.

³ Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

3.9 Juros Remuneratórios

Às debêntures de todas as séries serão conferidos juros remuneratórios equivalentes a treze inteiros e cinco décimos por cento (13,5%) ao ano, base trezentos e sessenta (360) dias corridos, calculados de forma exponencial e cumulativa, desde a Data de Emissão até a data de vencimento de cada série. Os juros remuneratórios de cada série incidirão sobre o valor nominal das debêntures da respectiva série, atualizado monetariamente na forma dos item 3.8 acima. Os juros remuneratórios serão pagos juntamente com o valor principal das debêntures de cada série, na data de vencimento da série respectiva.

3.10 Fundo de Resgate

Será constituído um fundo de resgate para as debêntures da primeira série. Este fundo de resgate será constituído com os recursos oriundos do pagamento dos direitos creditórios caucionados pela Company em favor dos debenturistas, nos termos do item 1.1 do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios anexo a esta Escritura.

O fundo de resgate tem o objetivo de acumular, mensal e proporcionalmente, recursos necessários para o pagamento das debêntures da primeira série, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros remuneratórios.

3.10.1 Formação do Fundo de Resgate

A cada mês, até a data de vencimento das debêntures da primeira série, ou seja, 1º de agosto de 2002, deverão ser acrescidos à conta corrente nº 39.760-1, da agência nº 1.229-7 (cidade jardim), do Banco Bradesco S.A. ("Conta Caução"), no mínimo, oitocentos mil reais (R\$800.000,00), valor este atualizado monetariamente (nos termos do item 3.8) de forma cumulativa todos os meses, desde a Data de Emissão. Deverão também ser acrescidos à Conta Caução: (i) o valor relativo aos juros remuneratórios devidos, calculados *pro rata* para cada mês; e (ii) o valor necessário para cobrir qualquer despesa, encargo ou tributo relativo à Conta Caução, inclusive Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF.

No último dia útil de cada mês, até 30 de julho de 2002, inclusive, o Agente Fiduciário deverá verificar o extrato da Conta Caução para fiscalizar se o fundo de resgate possui

os valores suficientes no respectivo mês. Se o Agente Fiduciário verificar que os valores do fundo de resgate não são suficientes, a Company, mediante notificação do Agente Fiduciário via fax, deverá depositar, no prazo de até 24 horas da notificação enviada, na Conta Caução os recursos necessários para completar o valor devido ao fundo de resgate naquele mês ou, no caso do extrato de 30 de julho de 2002, a diferença necessária para o resgate integral da primeira série, nos termos do item 3.10 acima. Caso o Agente Fiduciário verifique que os valores da Conta Caução são superiores ao devido no mês, transferirá o excedente para a conta corrente que a Company lhe indicar. Para apuração dos valores do fundo de resgate, o Agente Fiduciário considerará, além dos valores da Conta Caução, aqueles aplicados em títulos de renda fixa, conforme item 3.10.2 abaixo.

3.10.2 Administração do Fundo de Resgate

Caberá ao Agente Fiduciário a administração e aplicação dos valores depositados no fundo de resgate. Os recursos do fundo de resgate somente poderão ser aplicados em títulos de renda fixa, de liquidez diária, nas seguintes modalidades: (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil; (ii) quotas de fundos de investimento financeiro de renda fixa, administrados pelas seguintes instituições financeiras: Banco ABC Brasil S.A., Banco Sudameris S.A., Banco Bradesco S.A. e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.; e (iii) certificados de depósito bancário (CDB) emitidos pelas seguintes instituições financeiras: Banco ABC Brasil S.A., Banco Sudameris S.A., Banco Bradesco S.A. e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

3.10.3 Extinção do Fundo de Resgate

O fundo de resgate será extinto quando os recursos existentes forem transferidos para os debenturistas para a liquidação das debêntures da primeira série. O eventual excedente será prontamente restituído à Company. A Conta Caução não será extinta, passando a servir exclusivamente para os fins previstos no “Contrato de Penhor de Direitos Creditórios”, que é Anexo da presente Escritura.

O Agente Fiduciário poderá utilizar os recursos existentes do fundo de resgate em caso de declaração de vencimento antecipado das debêntures, nos termos do item 3.16 abaixo.

3.11 Preço de Subscrição e Forma de Integralização

As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, atualizado monetariamente e acrescido do mesmo fator utilizado para pagamento dos juros remuneratórios, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

3.12 Multa de Mora e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures, os débitos em atraso serão atualizados monetariamente e acrescidos dos juros remuneratórios descritos nos itens 3.8 e 3.9 acima, bem como de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de seis por cento (6%) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.13 Não Comparecimento dos Debenturistas

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela Company, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas estabelecidas, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.14 Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao principal e à remuneração a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela Company, por intermédio do Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto – ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. Para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND, os pagamentos serão efetuados na sede da instituição financeira depositária das debêntures ou na sede da Company.

3.15 Resgate Antecipado Facultativo

A Company poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, resgatar as debêntures em circulação no mercado pelo seu valor nominal unitário, atualizado monetariamente e acrescido de juros remuneratórios *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da liquidação financeira do resgate, devendo as debêntures objeto deste procedimento serem canceladas. Será acrescido também ao valor de resgate o valor relativo à CPMF devida pelo debenturista, se houver. Para tanto, a Company deverá notificar os debenturistas e o Agente Fiduciário com antecedência mínima de trinta (30) dias do evento. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do §1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis.

3.16 Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures e exigir o imediato o pagamento, pela Company, das debêntures em circulação, na forma do disposto no item 3.16.1 abaixo, mediante carta protocolada dirigida à Company, com cinco (5) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- i) protesto de título(s) contra a Company cujo valor global seja igual ou superior a um milhão reais (R\$1.000.000,00), ou a constituição da Company em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora houver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que devidamente comprovado pela Company, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou de qualquer outra forma elidido pela Company na primeira oportunidade processual cabível, em qualquer hipótese, no prazo máximo de cinco (5) dias da sua ocorrência;
- ii) pedido de falência, insolvência ou pedido de concordata da Company;
- iii) dissolução ou liquidação da Company;
- iv) descumprimento pela Company de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, não sanado em trinta (30) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, exceto por aquelas obrigações para as quais esteja previsto um prazo específico, hipótese em que tal prazo prevalecerá;

- v) transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra alteração na estrutura societária da Company, exceto a sua incorporação pela Company Engenharia e Construções Ltda., conforme descrito no prospecto de distribuição pública das debêntures, e observados os termos do item 3.22 abaixo;
- vi) inveracidade ou inexatidão substanciais, a qualquer tempo, das declarações prestadas pela Company no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios;
- vii) ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 762 e 954 do Código Civil Brasileiro, desde que, na hipótese específica de ocorrência do previsto no artigo 954, inciso II, do Código Civil Brasileiro, o(s) bem(s) objeto de penhora não seja(m) substituído(s) em juízo no prazo máximo de catorze (14) dias corridos, contados da data da efetivação da penhora;
- viii) ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado previstas no “Contrato de Penhor de Direitos Creditórios”, anexo à presente Escritura; e
- ix) descumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura ou em qualquer de seus anexos, ou ainda em lei.

3.16.1 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Company obriga-se a efetuar o pagamento das debêntures, pelo seu valor nominal unitário, atualizado monetariamente e acrescido de juros remuneratórios *pro rata*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ser efetuado em até quinze (15) dias úteis contados de comunicação nesse sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Company, ao CETIP e à instituição financeira depositária das debêntures, através de carta protocolada, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos no item 3.12 acima.

3.16.2 O Agente Fiduciário também deverá declarar vencimento antecipado das debêntures em caso de vencimento antecipado de qualquer dívida em decorrência de inadimplência contratual da Company, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta emissão.

3.17 Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento



coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional ou sábados ou domingos.

3.18 Negociação

A presente emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

3.19 Procedimento de Distribuição

A distribuição das debêntures será pública, em mercado de balcão, sendo adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução nº 13, de 30 de setembro de 1980, da CVM, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, visando principalmente investidores institucionais, tais como entidades abertas e fechadas de previdência privada, seguradoras e fundos de investimento, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos coordenadores.

3.20 Destinação dos Recursos

Do valor total de recursos obtidos com a subscrição das debêntures, oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil reais (R\$8.638.000,00) serão utilizados para liquidar dívidas junto a bancos privados e o restante como capital de giro.

3.21 Publicação na Imprensa

Exceto os anúncios de início e encerramento que serão publicados na “Gazeta Mercantil”, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no jornal “O Estado de São Paulo”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a Company avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

3.22 Reorganização Societária

A Company pretende realizar uma reorganização societária (“Reorganização Societária”), envolvendo a Emissora e sua Controladora, no segundo semestre de 2001 ou no exercício de 2002, dependendo do tempo a ser despendido no processo. Essa Reorganização Societária consistirá na sua incorporação pela Company Engenharia e Construções Ltda.

3.22.1 A Company somente poderá concretizar a Reorganização Societária após observados as seguintes condições suspensivas:

- i) aprovação prévia da incorporação pelos debenturistas que representem, no mínimo, cinquenta e um por cento (51%) das debêntures em circulação, excluídos os títulos detidos pela Company, seus acionistas controladores ou por pessoas que se encontrem em situação de conflito de interesses com os debenturistas, reunidos em assembléia especialmente convocada para este fim pela Company; essa assembléia deverá ocorrer com pelo menos quinze (15) dias corridos de antecedência da comunicação ao mercado de que trata o artigo 2º da Instrução nº 319, de 3 de dezembro de 1999, da CVM; a assembléia de debenturistas deverá observar os procedimentos da cláusula VI desta Escritura, exceto o quórum estabelecido no item 6.5 que será o estabelecido neste item; e
- ii) obtenção do registro de companhia aberta pela Company Engenharia e Construções Ltda. perante a CVM, atendendo a todas as exigências impostas pela legislação aplicável e pela CVM.

3.22.1.1 Na hipótese de aprovação, pelos debenturistas, da Reorganização Societária, nos termos do item 3.22.1 acima, os debenturistas dissidentes não terão direito ao resgate das suas debêntures, mas deverão se submeter à deliberação da maioria que aprovou a incorporação. Todos os debenturistas então passarão a ser credores da Company Engenharia e Construções Ltda. não havendo alterações nas condições das debêntures.

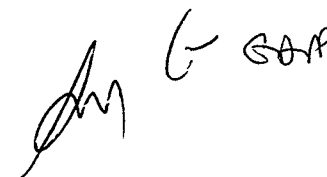
3.22.2 Caso a assembléia de debenturistas aprove a incorporação, a Company deverá comunicar à CVM, ao Agente Fiduciário e à CETIP as condições da incorporação, até quinze dias antes da data de realização da assembléia geral que irá deliberar sobre o respectivo protocolo e justificação de incorporação. Essa mesma comunicação deverá ser divulgada na imprensa, e conterá todas informações exigidas no §1º do artigo 2º da Instrução nº 319/99, da CVM. Após a comunicação, deverão ser observados todos os procedimentos previstos na seção II do Capítulo XVIII da Lei nº 6.404/76 e demais disposições regulamentares.

IV. DOS DEVERES ADICIONAIS DA COMPANY

4. A Company está adicionalmente obrigada a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, sessenta (60) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, inclusive àquelas constantes do Anexo I da Escritura;
 - b) dentro de, no máximo, noventa (90) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos a esse exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, inclusive àquelas constantes do Anexo I da Escritura;
 - c) dentro de quinze (15) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenham acesso aos seus livros, registros contábeis;
 - d) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - e) dentro de quinze (15) dias, todos os demais documentos e informações que a Company, nos termos e condições previstos nesta Escritura, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, incluindo as obrigações constantes no Anexo I desta Escritura;
 - f) na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléia que, de alguma forma, envolvam o interesse dos debenturistas; e
 - g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 16 desta Escritura;

- ii) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou por qualquer forma distribuir todo ou parte de seu resultado, mesmo para pagamento de debênture de participação nos lucros, se estiver em atraso superior a quinze (15) dias relativamente ao pagamento de juros e principal das debêntures objeto desta emissão;
- iii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, contratada pela própria Company para os fins desta emissão;
- iv) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- v) manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;
- vi) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de dois (2) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração ou perecimento de algum dos empreendimentos imobiliários ou direitos creditórios dados como garantia, nos termos do Anexo I da presente Escritura;
- vii) a Company obriga-se também, desde que solicitada, a efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. As despesas a que se refere este item incluem, exemplificativamente:
 - a) publicação de relatórios, avisos, notificações previstas nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - b) contratação de empresa de auditoria independente; e
 - c) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser considerados imprescindíveis, em caso de omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos direitos creditórios caucionados.



V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

5. A Company nomeia e constitui o Agente Fiduciário desta emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas perante a Company.

5.1 Declarações

5.1.1 O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado pela presente Escritura, declara:

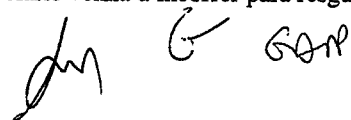
- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- v) que, nos termos do artigo 12, IX da Instrução CVM nº 28/93, verificou a regularidade da constituição, suficiência e exequibilidade (i) da garantia adicional pignoratícia, constituída por meio do contrato constante do Anexo I desta Escritura; e (ii) da garantia flutuante, descrita no item 3.6 desta Escritura; e
- vi) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 3.16 desta Escritura.

5.1.2 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das debêntures objeto da presente emissão.

5.2 Remuneração

O Agente Fiduciário, ou seu eventual substituto, receberá da Company, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- i) a quantia de dois mil reais (R\$2.000,00), paga em 25 de junho de 2001, a título de implantação do serviço;
- ii) parcelas com periodicidade trimestral, no valor de dois mil e quinhentos reais (R\$2.500,00), devida a primeira na data da assinatura da escritura de emissão; esta remuneração compreende a elaboração de um (1) relatório anual, ocasião exclusiva em que o Agente Fiduciário examinará a situação das Demonstrações Contábeis da Emissora;
- iii) parcelas adicionais com periodicidade trimestral, no valor de setecentos e cinquenta reais (R\$750,00), em razão do controle de contas correntes vinculadas, avaliação de comportamento e aquisição de novos recebíveis, após prévia aprovação da Company;
- iv) a remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Company;
- v) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGPM/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1º de junho de 2001 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário;
- vi) as remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Company, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Company;
- vii) no caso de inadimplemento da Company, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar



os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Company. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Company permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- viii) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de cinco por cento (5%) e juros de mora de um por cento (1%) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- ix) na hipótese de ocorrer o cancelamento das debêntures emitidas antes do seu vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vincendas serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de doze por cento (12%) ao ano; e
- x) as remunerações serão acrescidas: (i) do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza- ISS; (ii) das contribuições ao Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (“COFINS”); e (iii) de quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

5.3 Despesas do Agente Fiduciário

5.3.1 As despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário serão cobertas pela Company, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal.

dm G GOW

5.3.2 As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis.

5.3.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste item será acrescido à dívida da Company e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.4 Substituição

5.4.1 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Company, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Company efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

5.4.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

5.4.3 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição

das debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

5.4.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.



5.4.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

5.4.6 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos baixados pela CVM.


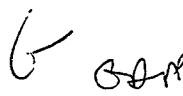
5.5 Deveres do Agente Fiduciário

5.5.1 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos nesta Escritura, em lei ou em ato normativo da CVM:

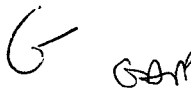

- i) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- ii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- iii) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

- vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vii) promover nos competentes órgãos, caso a Company não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, se houver, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá solicitar ao Oficial do registro que notifique a Administração da Company para que esta lhe forneça as indicações e documentos que porventura se fizerem necessários;
- viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, cartórios de protesto, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Company;
- xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Company, podendo, inclusive, caso julgue necessário, determinar a substituição da empresa de auditoria contratada pela Company, nos termos do item 4, subitem “vii”, letra “b” acima;
- xii) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três (3) vezes, na forma do item 3.21 acima;
- xiii) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiv) verificar a regularidade da constituição das garantias, nos termos do Anexo I desta Escritura, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, devendo intimar a Company a reforçar a eventual garantia dada, nas hipóteses indicadas no referido contrato;

- xv) administrar diligentemente, nos termos do item 3.10 acima, o fundo de resgate;
- xvi) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, “b”, da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Company ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Company;
 - b) alterações estatutárias da Company ocorridas no período que tenham correlação direta com as debêntures;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Company enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Company;
 - d) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - e) resgate e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Company;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Company;
 - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Company nesta Escritura;
 - i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures; e
 - j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xvii) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Company, ao menos nos seguintes locais:



- a) na sede da Company, na Rua Araçari, nº 164, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
 - b) no escritório principal do Agente Fiduciário, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, conjunto 205, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - c) na CVM; e
 - d) na sede da instituição que liderou a colocação das debêntures;
- xviii) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Company deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da Company, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item anterior;
- xix) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Company;
- xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xxi) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de quinze (15) dias, de qualquer inadimplemento, pela Company, de obrigações assumidas nesta Escritura ou em seus Anexos, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. A comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à Company;
- xxii) a notificação de que trata o item anterior, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por fac-símile (sendo o respectivo comprovante de transmissão prova suficiente de que a pessoa cujo número de fac-símile coincida com o do aparelho receptor recebeu tal notificação), e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas; e
- xxiii) o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Company ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da

comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da Company:

- a) declarar, nos casos previstos nesta Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- c) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, insolvência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Company; e
- d) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos.

Parágrafo único - O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b” e “d” se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação. Na hipótese do inciso “c”, será suficiente a deliberação da maioria das debêntures em circulação.

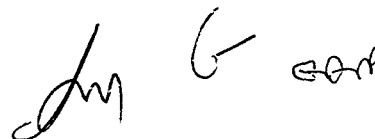
VI. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

6. Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

6.1 A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Company; (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação; ou (iv) pela CVM.

6.2 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

6.3 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.



6.4 Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, a cada debênture será atribuído um voto.

6.5 A assembléia poderá, pelo voto de debenturistas que representem, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) dos títulos em circulação, excluídos os títulos detidos pela Company, seus acionistas controladores ou por pessoas que se encontrem em situação de conflito de interesses com os debenturistas, aprovar modificações nas condições das debêntures.

6.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Company nas assembléias dos debenturistas.

6.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VII. DA RENÚNCIA




7. Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Company prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

VIII. DA AUTONOMIA DAS DISPOSIÇÕES

8. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

IX. DAS MODIFICAÇÕES

9. Observando-se os requisitos dos artigos 59 e seguintes da Lei nº 6.404/76, qualquer modificação à presente Escritura ou no Anexo I somente será válida se realizada por

escrito e com a concordância de todas as partes que assinam a presente e o respectivo Anexo e precedida de assembléia de debenturistas realizada nos termos da cláusula VI.

X. DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA COMPANY

10. A Company neste ato declara que:

- i) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- ii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- iii) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- iv) os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Company (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Company (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Company (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- v) esta Escritura constitui uma obrigação exequível, válida e eficaz da Company; e
- vi) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Company e suas controladas no contexto da presente emissão de debêntures; todas as declarações ali contidas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas; não há outros fatos em relação à Company, suas controladas ou às debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja substancialmente enganosa, incorreta ou inverídica; e todos os esforços foram feitos pela Company para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto são verdadeiros.

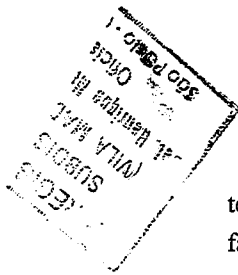
10.1 A Company se obriga de forma irrevogável e irretroatável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Bancos Coordenadores da emissão por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos deste item.

10.2 A Company compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

XI. DAS NOTIFICAÇÕES

11. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) para a Company:
Company Tecnologia de Construções S.A.
Rua Araçari, nº 164
CEP 01453-020 – São Paulo – SP
tel: (11) 3168 9311
fax: (11) 3168 6338
e-mail: lr@company.com.br
- ii) para o Agente Fiduciário:
Oliveira Trust DTVM Ltda
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, Grupo 205
CEP 22649-100 – Rio de Janeiro - RJ
tel: (21) 2493 7003
fax: (21) 2493 4746
e-mail: agente@oliveiratrust.com.br
- iii) para a CETIP
Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP
Av. República do Chile, 230/11 andar
CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ



tel: (21) 2276-7474
fax (21) 2262-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425/ 24 andar
CEP 01009-000 – São Paulo – SP
tel: (11) 3111-1400
fax (11) 3115-1664

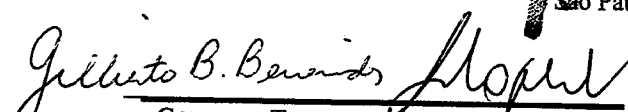
- iv) para a Instituição Depositária das Debêntures:
Banco Bradesco S.A.
Núcleo Administrativo “Cidade de Deus”
Osasco - SP

XII. DO FORO

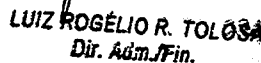
12. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assinadas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 9 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo, a tudo presentes.

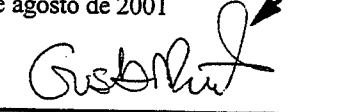
São Paulo, 14 de agosto de 2001



COMPANY TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÕES
Gilberto Bernardo Benevides S.A.
Diretor Comercial



LUIZ ROGÉLIO R. TOLOSA
Dir. Adm./Fin.



OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA
AGENTE FIDUCIÁRIO

NOMES:

NOME: GUSTAVO DEZOUZART T. PINHEIRO
PROCURADOR

Testemunhas:

1.
Nome: Cristiane Vieira N. Ramos
R.G.: 13.655.177-2

2.
Nome: Katy Marisol Vargas Silva
Rg 17.016.098-1